

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social	
2016	2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações nos lucros	16.405 (806)
Participação nos lucros	(138) (23)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e depois das participações	16.267 (829)
Adições e exclusões	1.074 9.226
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	4 (117)
Provisão para riscos fiscais e para contingências	1.048 518
Outras adições e exclusões	22 8.825
Base de cálculo	17.341 8.397
Imposto de renda	4.311 2.080
Deduções de incentivos fiscais	(244) (110)
Imposto de renda - Valores correntes	4.067 1.970
Contribuição social - Valores correntes	3.468 1.478
Ativo fiscal diferido	4.232 (3.632)
Total imposto de renda e contribuição social	11.767 (184)

b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Descrição	Saldo 31/12/2015	Constituição	Realização/ Reversão	Saldo 31/12/2016
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	136	2	-	138
Provisão para riscos fiscais e para contingências	735	486	(1.808)	(587)
Outros	2.897	-	(2.897)	-
Total	3.768	488	(4.705)	(449)

19 PARTES RELACIONADAS

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

a) Saldos das transações com o Controlador

Disponibilidades	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações em operações compromissadas (notas 4/5)	2.894	2.859	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 5)	7.101	899	1.621	1.093
Negociação e Intermediação de valores	106.569	70.627	12.516	7.690
Devedores conta "Liquidações Pendentes"	(1.243)	5.533	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social da Corretora. A remuneração total do pessoal-chave da Administração no exercício foi de R\$ 7.117 (R\$ 5.090 em 2015) a qual é considerada benefício de curto prazo:

	2016	2015
Remuneração fixa	5.810	4.155
Encargos sociais	1.307	935
Total	7.117	5.090

A Corretora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

20 CUSTÓDIA DE VALORES

Encontram-se custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, em nome de clientes, 6.154.287 mil ações, registradas em conta de compensação pelo valor unitário referencial de R\$ 1,00 cada.

21 ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Corretora administrava R\$ 21.266.718 (R\$ 16.673.850 em 2015) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Fundos de investimento em participações	7.366.446	5.772.801
Fundos de investimento em direitos creditórios	4.397.626	3.187.799
Fundos de investimento em direitos creditórios - Não padronizados	4.300.559	2.715.798
Fundos de investimento multimercados	2.034.640	4.084.495
Fundos de investimento multimercados - Exterior	989.296	169.176
Fundos de investimento imobiliários	1.622.518	261.966
Fundos de investimento em ações	123.372	47.956
Fundos de investimento em cotas FIDC	188.565	136.538
Fundos de investimento em renda fixa	179.567	248.128
Clubes de investimento	45.407	49.193
Carteiras administradas	18.722	-
Subtotal	21.266.718	16.673.850
Aplicações em fundos e clubes de investimentos administrados pela própria Corretora	(788.582)	(24.450)
Total líquido de recursos de terceiros	20.478.136	16.649.400

22 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Corretora não possuía ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

Em 31 de dezembro de 2016 as contingências e as obrigações legais, com risco de perda classificadas como provável, totalizam R\$ 2.981 (R\$ 1.934 em 2015), substancialmente representados pelos seguintes processos:

- Ação judicial com o objetivo de afastar a exigência do pagamento do salário-educação.
 - Ação judicial com o objetivo de afastar a exigência do pagamento do Finsocial.
- O somatório dos valores acima descritos, julgado suficiente pela Administração em face de possíveis perdas, está provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "Outras obrigações fiscais e previdenciárias". Para essas causas, foram efetuados depósitos judiciais, cujo montante atualizado

monetariamente, na data do balanço, é de R\$ 17.808 (R\$ 1.401 em 2015), registrado contabilmente na rubrica "Outros créditos diversos", no realizável a longo prazo. A movimentação das provisões para contingências no exercício e a composição dos depósitos judiciais estão abaixo apresentadas:

	Provisão para contingências			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Outros
Saldo no início do exercício	383	1.383	168	1.934
Constituições	-	93	987	1.080
Realizações/reversões	(33)	-	-	(33)
Saldo no final do exercício	350	1.476	1.155	2.981

	Depósitos judiciais			
	Trabalhistas	Fiscais	Outros	Total
Saldo no início do exercício	18	1.383	-	1.401
Atualizações	-	93	-	93
Constituições (*)	-	-	16.314	16.314
Saldo no final do exercício	18	1.476	16.314	17.808

(*) Inclui o valor de R\$ 16.233 referente a depósito em garantia (bloqueio judicial) relativo ao processo administrativo da CVM, avaliado como perda possível (nota 20c).

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2016 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 15 (quinze) processos de natureza cível que somam R\$ 1.883, e 1 (um) processo administrativo da CVM - Comissão de Valores Mobiliários no valor de R\$ 14.246, todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda).

d) Órgãos reguladores

Não existem em curso processos administrativos por parte do Sistema Financeiro Nacional, exceto o processo administrativo mencionado na nota 22(c), que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Corretora.

23 LIMITES OPERACIONAIS

O índice da Basileia, para a data-base de 31 de dezembro de 2016, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/13, é de 21,10% para o Conglomerado Financeiro.

24 OUTROS ASSUNTOS

Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BC), tornou público a Resolução nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das Instituições autorizadas a funcionar pelo BC. A nova regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. O Conglomerado Prudencial Paulista (Paulista) é classificado como "S4". O rigoramento das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital deverão ser implementados, pelo Banco, até o final de fevereiro de 2018, prazo permitido para as instituições enquadradas no S2, S3, S4 e S5.

DIRETORIA EXECUTIVA

AURO SEIGUI UEHARA - Contador - CRC 1SP162.120/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 Aos Administradores e acionistas da **SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A.**, São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada a seguir "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

- Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedi-

mentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2017


ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-ZSP015199/O-6

Kátia Sayuri Teraoka Kam
Contadora CRC-1SP272354/O-1